

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.549.623 - BA (2019/0215975-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**AGRAVANTE** : ESTADO DA BAHIA  
**PROCURADORE** : NEI VIANA COSTA PINTO - BA008361  
S

LAIS ANDRADE LEMOS  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial interposto contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia que negou seguimento ao Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE. GARANTIA. AGRAVO RETIDO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADES ATIVA E PASSIVA, BEM COMO DE NULIDADE EM RAZÃO DO JUÍZO, INADMITIDAS. INDISCUTÍVEL A POSSIBILIDADE DE DEFESA DA SAÚDE POR INTERMÉDIO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA, BEM COMO DE DEFERIMENTO DE TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. FACULDADE DO AUTOR POSTULAR SUA PRETENSÃO EM FACE DE QUALQUER ENTE FEDERATIVO.

GRAVE LESÃO À ORDEM PÚBLICA NÃO CARACTERIZADA. DESNECESSIDADE DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA FRENTE AO DEVER CONSTITUCIONAL DE GARANTIR-SE SAÚDE AOS CIDADÃOS.

TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE PARA UNIDADE HOSPITALAR ADEQUADA AO TRATAMENTO MÉDICO NECESSÁRIO.

OBRIGAÇÃO DO ESTADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

A Corte de origem inadmitiu o apelo nobre (fls. 389-395, e-STJ).

O agravante alega, em breve síntese, que "diferente do que quer fazer crer a decisão que inadmitiu o REsp interposto, a análise do referido recurso não importa em reexame de matéria probatória, limitando-se, unicamente, a apontar violações a legislações federais, estando, no Acórdão que julgou a Apelação, delimitada toda matéria fática necessária para avaliação do desvirtuamento da multa diária aplicada" (fl. 402, e-STJ).

Contrarrrazões apresentadas às fls. 467-470, e-STJ.

O MPF emitiu parecer no seguinte sentido:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. DIREITO À SAÚDE. INTERNAÇÃO. ASTREINTES. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. 1 – O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial do agravante, com base nos seguintes fundamentos: i) jurisprudência pacificada em recurso especial repetitivo sobre o arbitramento de multa contra a Fazenda Pública; ii) aplicação da Súmula 7/STJ quanto ao momento de cumprimento da determinação judicial e quanto ao termo a quo da incidência das astreintes e o quantum da multa; iii) aplicação da Súmula 83/STJ quanto à impossibilidade de redução do valor das astreintes; iv) não comprovação de divergência jurisprudencial nos termos legais e regimentais exigidos. 2 – Incumbia ao agravante atacar, fundamentadamente, os argumentos da decisão agravada. Entretanto, apresentou apenas refutação genérica quanto à incidência da Súmula 7/STJ e sobre a não configuração do dissídio, deixando ainda de impugnar a incidência da Súmula 83/STJ. 3 – Deve incidir, portanto, a Súmula 182/STJ: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada". 4 – Parecer pelo não conhecimento do agravo.

**É o relatório.**

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 4.11.2019.

A irresignação não merece prosperar.

Preliminarmente, recorde-se que nos termos expressos do artigo 1.030, I, "b", e § 2º, do CPC/2015, da decisão que inadmite o Recurso Especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos, caberá Agravo Interno.

Assim, é manifestamente inadmissível a interposição de Agravo em Recurso Especial em tal hipótese, configurando erro grosseiro que inviabiliza a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HIPÓTESE DO ART. 1.030, § 2º, DO CPC/2015. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO INTERNO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA 182 DO STJ. MANUTENÇÃO.

1. De acordo com o art. 1.030, § 2º, do CPC/2015, cabe agravo interno contra a decisão da origem que tenha negado seguimento a recurso especial.

2. Assim sendo, mantém-se a decisão agravada, que não conheceu em parte do recurso, pois o agravo em recurso especial é instrumento inadequado para afastar a aplicação de tese de recurso repetitivo.

3. Cumpre à parte agravante, de maneira analítica, contrastar as conclusões do acórdão recorrido com os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial, demonstrando que, na situação, a Súmula 7/STJ foi aplicada de maneira equivocada. Isso, contudo, não ocorreu, estando acertada a decisão que aplicou o óbice da Súmula 182 do STJ, não conhecendo do agravo em recurso especial.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.436.544/SP, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 7.10.2019)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL SOB O FUNDAMENTO DE QUE O ACÓRDÃO RECORRIDO ESTÁ DE ACORDO COM ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL PAUTADO NO ART. 1.042 DO CPC/2015. NÃO CABIMENTO. PREVISÃO DO ART. 1.030, § 2º, DO CPC/2015. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE.

1. Na forma do artigo 1.030, § 2º, do CPC/2015, o recurso cabível contra a decisão que nega seguimento a recurso especial, com base no art. 1.030, I, b, do mesmo Código Processual, é o agravo interno.

2. Não mais existindo dúvida objetiva quanto ao recurso cabível, a interposição de agravo em recurso especial, nesses casos, configura erro grosseiro, desautorizando a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

3. Precedentes: AgInt no AREsp 1.385.255/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 26/06/2019; AgInt no AREsp 1.447.394/AP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 12/06/2019; AgInt no AREsp 1.416.343/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 30/05/2019; AgInt no AREsp 1.095.680/SE, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 04/12/2017; AgInt no AREsp 1.016.544/MG, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 28/08/2017; AgInt no AREsp 1.015.158/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 2/5/2017; e AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 26/08/2016.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.410.257/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 16.8.2019)

A Corte de origem inadmitiu o apelo nobre, com base nos seguintes fundamentos: a) Súmula 83/STJ, em relação à possibilidade de arbitramento de multa contra a Fazenda Pública e quanto à impossibilidade de redução do valor das astreintes; b) aplicação da Súmula 7/STJ quanto ao momento de cumprimento da determinação judicial e quanto ao termo *a quo* da incidência das astreintes e o *quantum* da multa; e c) não comprovação de divergência jurisprudencial nos

termos legais e regimentais exigidos.

Todavia, a parte agravante não refutou todos os pontos consignados na decisão agravada, em especial no que concerne à incidência da Súmula 83/STJ.

De fato as razões do recurso devem exprimir, com transparência e objetividade, os motivos pelos quais o recorrente visa reformar o *decisum*, o que não ocorreu no caso.

Ressalte-se, porém, que os óbices apontados constituem pressupostos recursais genéricos, passíveis de apreciação no juízo de admissibilidade inaugural.

A jurisprudência desta Corte aplicava, por analogia, a Súmula 182/STJ ao Agravo de Instrumento que não rejeitasse, de modo específico, os fundamentos do *decisum* de inadmissão do Recurso Especial.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS INATACADOS. SÚMULA 182/STJ.

(...)

2. Não basta ao recorrente afirmar o desacerto da decisão agravada, mas, pelo princípio da dialeticidade, é indispensável confrontar os argumentos nela desenvolvidos com aqueles que entende corretos.

3. A ausência de efetiva impugnação a todos os fundamentos da decisão agravada obsta o conhecimento do agravo, consoante entendimento consolidado na Súmula 182/STJ.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1215526/BA, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Segunda Turma, DJ de 15.12.2009).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IRREGULARIDADE FORMAL. SÚMULA 182/STJ. APLICAÇÃO ANALÓGICA. RECURSO ESPECIAL. RATIFICAÇÃO APÓS PUBLICAÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

1. Não merece trânsito o agravo de instrumento por falta do requisito da regularidade formal quando o agravante não ataca, de forma específica, as bases da decisão agravada (Tribunal de origem). Aplicação analógica da súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes.

2. (...)

3. Agravo regimental desprovido (AgRg no AgRg no Ag 1181610/SP, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, Quarta Turma, DJ de 22.03.2010.)

Ressalto que esta Corte perfilha o entendimento de que **é necessária a impugnação específica de todos os fundamentos** da decisão que inadmitiu o Recurso Especial, sob pena de não conhecimento pela aplicação da Súmula 182/STJ.

A Corte Especial reafirmou recentemente tal posição no julgamento dos Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial 746.775, DJe 30.11.2018. Nessa linha de raciocínio:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. ADENTRAR AO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. SÚMULA 123 DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. É possível o juízo de admissibilidade adentrar o mérito do recurso, na medida em que o exame da sua admissibilidade, pela alínea "a", em face dos seus pressupostos constitucionais, envolve o próprio mérito da controvérsia. Incidência da Súmula 123 do STJ. Precedentes.

2. Os agravantes apontaram como vícios do acórdão recorrido: 1) a equivocada decretação da prescrição, com extinção da execução, em razão da existência de precatório pendente de adimplemento em favor da parte autora; e 2) os honorários sucumbenciais são verba acessória, o que inviabiliza a extinção do feito da forma como veio a decisão agravada.

3. Todavia, não houve demonstração de como esses supostos vícios teriam o condão de infirmar a conclusão a que se chegou no acórdão recorrido e porque os fundamentos nele adotados não seriam suficientes para decidir a lide, de modo que não ficou atendido o requisito da impugnação específica.

4. A parte recorrente deve fazer a impugnação específica de todos os fundamentos adotados pela decisão de inadmissibilidade, sob pena de não conhecimento do agravo. Precedentes.

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no AREsp 849.303/RS, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 28.6.2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS. ART. 932, III, DO CPC/2015 E ART 253, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DO RISTJ. PRECEDENTES. MATÉRIA DECIDIDA PELA CORTE ESPECIAL. EARESP Nº 746.775/PR. IMPUGNAÇÃO TARDIA EM SEDE DE AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial alegando, dentre outros motivos, que não seria possível a interposição do recurso para alegar ofensa à Súmula nº 85/STJ, por não estar referida espécie

compreendida na expressão lei federal, constante nas alínea "a", "b", ou "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal. Nas razões do agravo em recurso especial, os agravantes não impugnaram de forma específica referido fundamento.

2. Verifica-se, pois, que os agravantes deixaram de impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso, razão pela qual o agravo em recurso especial não pode ser conhecido, a teor do art. 932, III, do CPC/2015, bem como do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ. Precedentes.

3. A Corte Especial deste Tribunal Superior, ao julgar o EAREsp nº 746.775/PR, cujo julgamento foi concluído na sessão realizada em 19/09/2108, ratificou referido entendimento e estabeleceu a necessidade de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial, sob pena de não conhecimento do agravo.

4. A tentativa de suprir falha de impugnação, através do agravo interno, de fundamento do juízo negativo de admissibilidade não impugnado nas razões do agravo em recurso especial, constitui verdadeira inovação recursal inviável em razão da ocorrência da preclusão consumativa.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.335.756/MS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 13.11.2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.  
AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO À TOTALIDADE DOS  
FUNDAMENTOS ADOTADOS PELA DECISÃO QUE NÃO ADMITE  
RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA.

1. A Corte Especial do STJ, na assentada de 19/9/2018, consolidou o entendimento de que incumbe ao agravante infirmar, especificamente, a totalidade do conteúdo da decisão que não admitiu o processamento do recurso especial, sob pena de incidir o óbice contido na Súmula 182/STJ. Dessarte, não se admite a impugnação parcial do julgado (EAREsp 701.404/SC e o EAREsp 831.326/SP).

2. A impugnação tardia dos fundamentos da decisão que não admitiu o recurso especial (somente por ocasião do manejo de agravo regimental), além de caracterizar inovação recursal, não tem o condão de afastar a aplicação do referido verbete 182/STJ, tendo em vista a ocorrência de preclusão consumativa. Precedentes.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.463.598/SC, Rel. Min. Sérgio Kulina, Primeira Turma, DJe 25.6.2019)

"Sendo o recurso inadmitido com fundamento na Súmula 83/STJ, caberia ao agravante indicar julgados atuais deste Tribunal sobre a matéria, a fim de demonstrar que a orientação desta Corte é diversa da adotada pelo Tribunal local ou que não se encontra pacificada. Poderia ainda, se fosse o caso, demonstrar a

existência de distinção do caso tratado nos autos. Precedentes. 3. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 1.297.703/MS, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 28/6/2019).

Por fim, considerando o previsto no Enunciado Administrativo 7/STJ, condeno o recorrente ao pagamento de honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor total da verba sucumbencial fixada nas instâncias ordinárias, com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015.

Diante do exposto, **não conheço do Agravo em Recurso Especial. Honorários advocatícios majorados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor total da verba sucumbencial fixada nas instâncias ordinárias.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator